



COMISSÕES PERMANENTES REUNIDAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E ECONOMIA

Matéria: Projeto de Lei Ordinária nº 04/2026
Autoria: Chefe do Poder Executivo Municipal
Ementa: *Altera a redação do Art. 1º da Lei nº 2448/2022, de 09 de agosto de 2022, e dá outras providências.*

I. RELATÓRIO

A matéria em análise tramita nesta Casa Legislativa, por iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, matéria recebida no dia 14 de janeiro de 2026, tendo como objetivo alterar a redação do Art. 1º da Lei Municipal nº 2448/2022, de 09 de agosto de 2022, e outras providências.

Desse modo, a presente proposição encontra-se no âmbito destas Comissões, em atendimento às normas regimentais que disciplinam sua tramitação, estando, portanto, sob a responsabilidade de ambas as Comissões, para que seja exarado o parecer sobre sua legalidade, constitucionalidade, lógica, técnica legislativa e redação gramatical e sobre a sua adequação orçamentária, financeira e econômica, tendo as comissões resolvido apresentar parecer conjunto, **motivado na notória excepcionalidade da matéria que ensejará inclusive a condição de requerer ao Plenário a condição de tramitação em regime de urgência especial e a convocação para deliberação da matéria em sessão extraordinária**, haja visto que o salário mínimo a partir de janeiro tem novo valor.

Matéria já submetida a análise da assessoria jurídica desta Casa de Leis, cujo parecer encontra-se no bojo deste processo.

É o singelo Relatório.

II. PARECER

De acordo com o artigo 122 do Regimento Interno desta Casa, pode, nestas condições, mais de uma comissão permanente apreciar em conjunto (no mesmo momento) a matéria que lhes é afeta, observando o regramento contido nos dispositivos do referido artigo regimental.

Compete a Comissão de Constituição, Justiça e Redação apreciar a matéria sob a ótica de sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e, ainda se a técnica de redação é adequada aos fins e objetivos da matéria em tramitação.

A proposta de lei em análise respeita a competência para a propositura, conforme se infere do artigo 23 e 24 da Lei Orgânica Municipal.

Nota-se da matéria, que a disposição legal que se pretende alterar no texto da Lei Municipal nº 2448/2022, de 09 de agosto de 2022, trata-se da atualização do valor destinado pelo Governo Federal aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS's e aos Agentes Comunitários de Endemias – ACE's, lotados neste Município.

A modificação, cinge-se ao valor destinado a cada agente, elevando de R\$3.036,00 (três mil e trinta e seis reais) para R\$3.242,00 (três mil duzentos e quarenta e dois reais), ou seja, houve majoração do repasse feito pelo Governo Federal às classes, as quais possuem como piso mínimo atribuído pelo Governo Federal, o valor correspondente a 2 (dois) salários mínimos para cada agente de saúde e ou de endemias.

A propositura é adequada a ser aprovada, ante a destinação exclusiva da receita ao Município e a capacidade constitucional do Município em legislar sobre assuntos de interesse local, conforme norma fixada no artigo 30, I, da Constituição Federal.

O texto e a redação da matéria obedecem às normas insculpidas na Lei Complementar Federal nº 95/98, de 26 de fevereiro de 1998, sendo que eventuais imperfeições podem e devem ser corrigidas na elaboração do respectivo autógrafa de lei.

Assim, forçoso reconhecer que a matéria é amplamente constitucional, legal, regimental, justa, jurídica e a técnica de redação é adequada aos fins e objetivos pretendidos, manifestando pela sua tramitação e aprovação pelo Plenário desta Casa de Leis.

Por outro lado, compete à Comissão de Finanças, Orçamento e Economia promover a avaliação da matéria sob o ponto de vista da adequação Orçamentária, Financeira e Econômica à Municipalidade e aos destinatários da revisão geral postulada.

A alteração no texto da Lei Municipal nº 2448/2022, de 09 de agosto de 2022, advém da atualização do valor destinado pelo Governo Federal ao Município de Caçu/GO para pagamento dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS's e Agentes Comunitários de Endemias – ACE's aqui lotados.

A modificação da lei, resulta na majoração do valor destinado ao pagamento de cada agente antes mencionado, passando de elevando de R\$3.036,00 (três mil e trinta e seis reais) para R\$3.242,00 (três mil duzentos e quarenta e dois reais), por mês.

Em havendo impacto orçamentário e financeiro, fica na responsabilidade exclusiva do Poder Executivo a elaboração de relatórios afins necessários. Da mesma forma deve a administração do Poder Executivo e do Legislativo observarem a Lei de Responsabilidade Fiscal quanto aos seus limites e índices de gastos com pessoal.

Cientes nós que a receita comprometida com essa despesa advém diretamente do Governo Federal para a finalidade de remuneração dos agentes envolvidos na matéria.

As despesas decorrentes da matéria, conforme previsão do projeto de lei serão acobertadas por dotações orçamentárias existentes e com saldo suficientemente bastante para acorrê-las, conforme se afere na Lei Orçamentária vigente.

Ainda, caso haja necessidade, poderão promover suplementação orçamentária até o limite autorizado em Lei, nos termos do Orçamento vigente e as ferramentas dispostas pela Lei Federal 4320/64, de 17 de março de 1964.

Assim, entendemos ser a matéria financeiramente, orçamentariamente e economicamente adequada ao fim proposto.

III. CONCLUSÃO

ISTO POSTO, manifestamos não haver impedimento legal, constitucional, redacional, regimental, orçamentário, financeiro e econômico quanto à proposta de lei em estudo no âmbito dessas Comissões Permanentes, portanto, ambas resolvem, em reunião conjunta, por unanimidade de seus membros, exarar Parecer de forma **FAVORÁVEL à tramitação e aprovação** da matéria ora analisada.

É o Parecer.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇU, Estado de Goiás, aos 19 dias do mês de janeiro do ano de 2026.

Ver. Hortência Freitas dos Santos
Relatora na CCJR

Virginia Bernardes de Freitas Silva
Relatora na CFOE

